

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 3 de maio de 2022 - Ata n.º 37.

Aos três dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **37.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**. O Sr. 2.º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.º 36, de 2 de maio de 2022), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Consulto o 1.º Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados.

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.) Mensagem n.º 30/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 181/2022), que altera dispositivos da Lei n.º 18913, de 7 de dezembro de 2016, cria a função comissionada de confiança do IPEM/PR e dá outras providências; Mensagem n.º 31/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 182/2022), que aprova a construção de empreendedorismo de geração

compacta de energia termoelétrica à base de gás natural comprimido; Mensagem n.º 32/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 183/2022), que altera a Lei n.º 20118, de 19 de dezembro de 2019, a Lei n.º 20832, de 7 de dezembro de 2021, e a Lei n.º 20916, de 17 de dezembro de 2021, que autorizaram o Poder Executivo a efetuar a doação de imóveis aos municípios de Alto Paraná, Agudos do Sul e Enéas Marques.

Eram essas as mensagens, Sr. Presidente, que foram enviadas pelo Chefe do Poder Executivo para que esta Assembleia Legislativa possa deliberar sobre elas. Era isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Hoje é o *Dia do Taquígrafo*. Portanto, em nome da Mesa Executiva, queremos cumprimentar a nossa equipe de Taquígrafos que ainda estão trabalhando aqui no Poder Legislativo. Parabéns pelo dia de vocês.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Nessa esteira, nosso dia, *Dia do Parlamentar*, dia do Parlamento. Estou recebendo aqui essa informação e vou passar para V.Ex.^a que hoje também é o *Dia da Liberdade de Imprensa* no nosso País. Grato, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Primeiro orador, Deputado Guto Silva.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Guto Silva Michele Caputo; e Luiz Fernando Guerra.

DEPUTADO GUTO SILVA (PP): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados, Deputadas. Hoje pela manhã tivemos um anúncio importante sobre a questão da Sanepar e o nosso 1.^º Secretário, Deputado Romanelli, tocou novamente

em uma pauta importante que é a pauta da representatividade das mulheres em cargo executivo, sobre o valor empreendedor das mulheres. E trago algumas informações que vejo relevantes, importantes, como a experiência da Adriana Pondin, 47 anos, que tinha como antigo *hobby* cozinhar, preparar alimentos na sua cozinha e depois de captar um recurso junto à Fomento Paraná, ao Banco da Mulher Paranaense, hoje ela está em um novo espaço, gerando renda e criando alternativas para sua família. Da mesma forma, a Giovanna Sabatake, 19 anos, criou uma marca de *souvenir* para animal de estimação e hoje, por meio da internet, ela vende seus produtos para o Brasil todo. Esse é o espírito da mulher do Paraná, da mulher paranaense. Essa é a garra da mulher paranaense, que tem ajudado o nosso Estado a bater recorde de emprego. Essas mulheres que, além do discurso, do debate, que é importante fazermos aqui, precisam de atitudes, de ações. E esta é uma ação criada pelo Governador Ratinho Junior que é extremamente importante, estratégica para o desenvolvimento do nosso Estado: o Banco da Mulher Paranaense. Tem uma pesquisa do Sebrae de 2018 que apresenta que, mesmo as mulheres compondo quase 50% da população em nosso Estado, elas respondem apenas por 34% das empresas abertas. E sabemos que quando a mulher tem crédito acessível, crédito barato e oportunidade para empreender, ela gera emprego, ela traz renda para sua família, traz dignidade. E esse Banco da Mulher, que é gerenciado pela Fomento Paraná, apenas neste período de 2019 para 2020, atendeu a mais de 9 mil mulheres em todo Estado, com crédito ao redor de R\$ 108 milhões. Não há país desenvolvido sem crédito barato, sem instrumento para poder dar alternativa de empreender. E a Fomento Paraná, o Banco da Mulher, com taxa de 0,45 ao mês, com créditos que variam de mil até R\$ 500 mil de acesso, com carência de três meses, tem sido um sucesso entre as mulheres. Então, mais do que o discurso, mais do que a fala, é necessário que o Estado dê condições para que a mulher se desenvolva, dê alternativa para que aquela mulher traga mais rendimento à sua família. E são bons exemplos que temos aqui no Paraná, porque mulher forte significa um Estado forte e o Estado que dá alternativa para que a mulher se desenvolva é um Estado de oportunidade para todos. Então, gostaria apenas de hoje fazer este registro do Banco da Mulher Paranaense, que tem dado alternativa de renda, de crédito, para que a mulher

consiga, muitas vezes, um *hobby* ou o seu sonho de criar o seu próprio negócio, gerando valor, gerando renda e, sobretudo, criando novas vagas de emprego para o nosso Paraná. Viva a mulher paranaense!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente, membros da Mesa, Deputadas, Deputados! Quero falar hoje, novamente, sobre algo que afeta o funcionamento, a vida de proprietários e farmacêuticos de mais de 2 mil farmácias no Paraná. Gente que não faz parte de redes, a maior parte deles proprietários farmacêuticos, que, há mais de dois anos, foram notificados sobre o ICMS-ST pela Secretaria da Fazenda. Uma situação de muito desespero, de muita angústia desses profissionais, dessas famílias. Esta Casa conseguiu, por meio de audiências públicas, muitos Deputados aqui participaram, esta não é uma questão só minha, e conseguimos, no final de 2021, aprovar uma lei aqui, uma lei que foi aprovada pela unanimidade dos Deputados e Deputadas presentes naquela Sessão. Essa lei vai ao Governo, como toda lei, e somos surpreendidos, inclusive a Liderança do Governo, na época, conversei com o Deputado Hussein, por vetos que a Fazenda fez à lei. E antes mesmo de discutirmos esses vetos aqui para ver se a Assembleia mantém, se ela revoga, antes mesmo de iniciarmos todo um processo de discussão, em março, Deputado Nelson, sei que o senhor acompanhou muito essa situação, Deputado Cobra, Deputado Reichembach, vários Deputados e Deputadas aqui, e antes mesmo de iniciarmos essa discussão, elas já foram notificadas pela Fazenda e já se começou a cobrar parcelas, diferentemente do que a lei previa, em outras bases, já a partir de março. Já estamos indo para o terceiro mês de cobrança dessas parcelas. Obviamente alguns estão pagando. Muitos não têm como pagar. Agora, o que não pode acontecer é essa questão desses vetos não serem discutidos aqui no Plenário. Afinal de contas, se tem medo do quê? Como é que vamos fazer? Vamos esperar passar a eleição para discutir esses vetos? Gente, é a vida de 2 mil pequenas empresas. As pessoas estão desesperadas. Elas esperam que uma lei que aprovamos por unanimidade e que foi vetada, por interesse arrecadatório da Secretaria de Estado da

Fazenda, que possamos minimamente discutir aqui a manutenção ou não desses vetos. E essa discussão precisa ocorrer obviamente na CCJ. Virei aqui com a frequência que se fizer necessária, porque essa não é uma questão pequena, não é uma questão minha, não é uma questão corporativa. Os profissionais, os meus colegas que trabalham, que são proprietários dessas pequenas farmácias, trabalham 14 horas por dia, trabalham sábado, domingo, feriado, correm riscos. E o que eles pedem simplesmente é que a negociação que fizemos aqui, que à época houve concessões de todos os lados, que isso prevaleça. Qual a dificuldade, senhores e senhoras, de trazer aqui para o Plenário a discussão desses vetos? Lamento não ter ninguém da Liderança do Governo neste momento. Esta questão também já passei para o atual Líder, meu amigo Micheletto, porque temos que dar respostas. Ou será que aqui... Quais os termos que interessam discutirmos aqui? Será que uma lei que aprovamos por unanimidade e que é vetada não merece ter prioridade para ser aqui discutida, avaliada? (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Michele, por favor, para concluir.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Obrigado! Concluindo. Será que o Secretário de Estado da Fazenda é tão poderoso assim que ele que determina o que esta Casa de Leis vai fazer, que se não passa por ele... Onde que está a nossa independência? Tenho outro Projeto, com a Luciana, da transparência das filas do SUS, que envolve interesses do povo do Paraná, e também a pedido da Secretaria essa coisa também não andou aqui. Vamos ser pautados pelo Executivo, por Secretários? Acho que não, ou pelo menos que não devemos. Bom trabalho!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): No Grande Expediente, Deputada Cantora Mara Lima.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Questão de ordem, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, perguntei ao Deputado Michele. Deputado Michele. O Deputado Michele está dizendo que temos um voto há mais de 30 dias aqui na Casa. Sabemos que o Regimento Interno prevê que se houver voto há mais de 30 dias não votado, ele bloqueia a pauta, tranca a pauta. Então, faço essa questão de ordem a V.Ex.^a.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Qual o voto, Deputado?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): É isso que pergunto ao Deputado Michele, porque o Deputado Michele fez uma afirmação de que estamos com vetos há mais de 30 dias.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Só se a CCJ ainda não...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Mas não importa, não é, Sr. Presidente? Se estiver vindo à Casa e estiver há mais de 30 dias sem colocar na CCJ ele bloqueia a pauta.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Mas a CCJ tem que admitir a admissibilidade do voto, para que venha à pauta.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Não, Sr. Presidente. Independentemente disso, Sr. Presidente. Independentemente. Ele estando na Casa há mais de 30 dias e não tiver sido apreciado pela CCJ, ele bloqueia. É só uma preocupação, porque aí as nossas Sessões...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, se realmente estiver nessa condição, vamos pautar esse voto para segunda-feira que vem. Ok?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, podemos até aceitar isso, mas o senhor sabe que estamos fazendo uma votação que pode ter questionamentos. É só essa preocupação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Concordo.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Já vivemos isso, Sr. Presidente. O senhor lembra.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Sei. Concordo com V.Ex.^a.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Já vivemos essa situação aqui e essa preocupação que... Não sabia disso, o Deputado Michele está colocando agora.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Veja bem, o Líder do Governo anterior deveria ter as suas razões ou algum entendimento! Normalmente...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Mas não é conosco!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Normalmente, Deputado Tadeu, essas questões de voto os Líderes conversam com a Presidência. Sei que é uma responsabilidade nossa, mas vou pautar sem nenhum problema! Vou pautar o voto. E se tiver outros pendentes também. Já de imediato farei isso. Deputado Guerra, agora, no Pequeno Expediente.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos e a todas, amigos, colegas Deputados e Mesa Executiva. Gostaria de parabenizar o meu colega Deputado Guto Silva por ter abordado um tema tão importante e, na mesma esteira, da participação das mulheres, saudar aqui a nossa querida Izabel, que hoje completa mais um ano de vida, a assessora da Liderança do Governo. Fica aqui o meu abraço a você, Izabel. E parabéns pelo trabalho que você vem prestando. Senhoras e Sr.^s colegas, hoje o que me traz a esta tribuna é fazer o registro de um requerimento que fiz aqui de votos de louvor na Assembleia, na tarde de ontem, onde destaco a iniciativa pioneira de um clube de futebol paranaense em prol dos autistas. Deputado Michele Caputo, aqui tínhamos o Deputado Subtenente Everton, que era um defensor da causa, V.Ex.^a também é um defensor. Gostaria de saudar o Coritiba, que será o primeiro clube brasileiro a contar com uma sala de acomodação sensorial para as pessoas autistas e seus familiares no estádio.

Uma atitude pioneira que foi reconhecida no âmbito nacional e até fora do País, e parabenizo o seu Presidente, o Juarez Moraes e Silva, extensivo a toda a Diretoria, em parceria com o Instituto ICO e seus fundadores, o Emiliano e a Elise Matos, que viabilizará a construção de uma sala de acomodação sensorial destinada a pessoas diagnosticadas com o transtorno do espectro autista e familiares no estádio Couto Pereira. A ação, que servirá de exemplo para todo o País, fará com que o nosso estádio Couto Pereira e o Paraná, com essa infraestrutura, sejam símbolos da sensibilidade social e respeito para com a causa autista. Ao adotar um espaço próprio com paredes com tratamento acústico e mobiliário adequado, esse conforto que representa uma forma de inclusão das famílias e socialização do público-alvo. Em nome desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, prestamos esta justa e merecida homenagem e o reconhecimento público pela ação que, além da construção de um espaço destinado para a recepção dos autistas, também prevê um serviço diferenciado para todos, desde o agendamento para os jogos até o acesso exclusivo ao estádio, encaminhando com comodidade e segurança até ambiente próprio, onde o som ambiente do estádio, música, fogos e outros sons não irão atrapalhar a experiência desses torcedores no Couto Pereira e facilitarão o processo de socialização dessas crianças, bem como treinamento para os funcionários encarregados do atendimento personalizado para os familiares, que serão auxiliados durante toda a permanência no local. A medida, sem sombra de dúvidas, vai eliminar as barreiras invisíveis dentro de um estádio, eliminando o estresse, oportunizando condições acústicas, térmicas e de iluminação favorável para que os autistas se sintam bem sensorialmente. Faço votos de que esta semente que visa eliminar os estigmas da sociedade efetivamente permita a inclusão das famílias e a socialização de pessoas com o espectro autista, bem como sirva de exemplo e inspiração nacional em prol da causa autista. Inclusive informo aos senhores colegas que hoje todos estão convidados para um jantar que será realizado pelo Coritiba, onde promoverá o leilão de camisas dos atletas utilizadas na final do Campeonato Paranaense, onde o Coritiba se consagrou campeão, que será usado para o fim de arrecadar recursos para utilizar no estádio nesse espaço. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado, colegas Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Cantora Mara Lima, no Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra a Sr.^a Deputada Cantora Mara Lima.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Senhor Presidente Ademar Traiano, Deputados da Mesa Executiva, Deputados presentes e nossa TV Assembleia. Hoje temos na pauta, Sr. Presidente, um Projeto de minha autoria e também dos Deputados Soldado Fruet, Gilson de Souza, Alexandre Amaro e Cel. Lee, que é o Projeto que é a liberdade religiosa. Antes da minha fala, quero parabenizar por esta Casa ter trazido este Projeto em pauta, um Projeto delicado e que muita gente, no início da elaboração deste Projeto, demorou para entender de fato o que queríamos alcançar. Estamos vivendo momentos difíceis, Deputada Mabel, Deputada Maria Victória, aonde a intolerância chegou a todos os segmentos da sociedade e a prova maior disso foi aqui, recentemente, em Curitiba, em uma Igreja Católica, onde invadiram sem respeito algum pelo seu Líder, pelos seus membros, achando que ali poderia ser feito o que quisessem, dentro de uma casa onde se pregava a palavra de Deus. Este Projeto de Lei está baseado em um princípio que já é garantido pela nossa Constituição no art. 5º, que é um princípio fundamental, que é a liberdade religiosa inviolável de consciência e de crença. No dia de hoje será discutido então, em 1.^a Discussão, o Projeto de Lei n.º 463/2020, de minha autoria com os demais Deputados que citei. A presente proposta foi elaborada com base no princípio constitucional de proteger e garantir a liberdade religiosa e de crença, combatendo toda e qualquer forma de intolerância, de discriminação e de desigualdade motivada em função de credo religioso, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo na forma da lei a proteção aos locais de culto e suas liturgias. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconheceu a liberdade religiosa como um dos direitos humanos de justiça e de paz no mundo. A garantia dos direitos individuais e coletivos se constitui como um dos pilares fundamentais para o Estado democrático de direito, assim a liberdade religiosa deve ser integralmente respeitada, pois ela só admite as restrições necessárias para salvaguardar direitos ou interesses constitucionalmente protegidos. Gostaria que vocês

prestassem atenção, Deputados, porque desejamos que este Projeto seja aprovado nesta Casa e que tão fundamental e necessário que devemos proteger o nosso Estado, porque não sabemos que dias teremos no futuro. Não estou aqui defendendo uma placa denominacional, estou aqui trazendo uma palavra a favor de todas as religiões e respeitando a sua maneira de crença. Nesta proposta de lei não foram adotadas orientações de ordem moral de nenhuma religião, seja de grupos dominantes, tampouco assegurar privilégios, mas, sim, assegurar a laicidade do Estado de se professar ou não a fé, a crença ou a religião. Quero abrir aqui aspas para ler o parecer da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, elaborado pelo Deputado Evandro, que por sinal hoje não estará aqui porque foi positivado com Covid, foi o que ouvi no grupo, e está se cuidando hoje, mas o parecer dele foi muito importante. Olhem só o parecer do Deputado Evandro: “O presente Projeto de Lei pretende exercer de forma positiva a proibição de discriminação, evitando a intolerância religiosa e assim garantindo a liberdade de manifestação, por meio de suas crenças, fazendo valer o fundamento da República Federativa do Brasil e os princípios que garantem a liberdade religiosa sem discriminação, permitindo a livre manifestação em seus templos e cultos no Estado do Paraná. Considerando a constitucionalidade formal do presente Projeto de Lei, ele solicita, então, o apoio.” E o parecer dele foi favorável. Então, o que pedimos aqui nesta tarde, agora que a constitucionalidade vai ser votada, que já os Deputados possam aprovar esse Projeto e conosco possamos respeitar a fé de todos, não é, Deputado Fruet, que também é um dos autores desta lei. Na verdade, esse Projeto foi muito estudado e com a OAB também teve a oportunidade de analisar esse Projeto conosco. É necessário resguardar de fato essa liberdade, que é tão sublime e tão importante nos dias de hoje. Deputado Fruet, não sei onde está o Deputado Gilson, que também é autor dessa lei. O Deputado Amaro também não passou bem hoje, não pôde estar aqui. Ali, em Goiânia, há poucos dias invadiram um templo por intolerância religiosa e mataram a pauladas uma irmãzinha, que de joelhos adorava Deus em oração. Mãe de um cantor amigo meu, perdeu a vida, porque alguém muito louco achou que ela não deveria estar orando naquele horário em que estava ali, adorando a Deus. Tivemos um episódio aqui no Paraná, em Guarapuava, vocês sabem disso, há algum tempo, onde uma senhora se sentiu ofendida,

porque a banda ensaiava às 10 horas da manhã, um louvor, chamou a polícia. Naquele momento, aqueles militares, mesmo não tendo aquela autorização para entrar ali, arrancaram todos os fios de microfones e toda a aparelhagem de som e interromperam o culto. Foi uma humilhação terrível, levaram o Pastor Antônio para a delegacia, com uma intolerância religiosa total. Tomamos providência naquela época, foram afastados e aquela senhora que entrou também hoje responde pelo seu ato, porque toda intolerância religiosa tem três anos de cadeia e ainda tem multa para pagar. Espero que esse Vereador possa perder o seu cargo, por essa invasão que ele teve na Igreja Católica de Curitiba e que as pessoas aprendam a respeitar as religiões como um bem maior. O que seria do mundo se não tivesse religião? O que queremos de verdade? Religião é a bondade, é paz, é poder levar às pessoas um pouco de acalanto à alma, nos momentos mais difíceis que vivemos. Agora, na pandemia, a prova foi de que as pessoas se apegaram muito com Deus, porque estava difícil. Se não tivesse Deus ali, a religião, cada um do seu jeito de adorar e de servir, estava difícil de atravessar este momento. Então, esse projeto é muito importante. Hoje, é a constituição dele, mas tenho certeza de que o mérito dele é muito supremo, é muito excelente e merece, sim, o voto “sim” dos Deputados. Essa é minha palavra nesta tarde, pedindo o apoio dos nobres Deputados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do PSD, Deputado Reichembach.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Reichembach (UNIÃO); Ricardo Arruda (PL); Tadeu Veneri (PT); Soldado Fruet (PROS); Tiago Amaral (Governo); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Senhor Presidente, Deputadas e Deputados, população do Paraná que nos acompanha. Como estamos no início do mês de maio, não posso deixar de fazer uma referência ao *Maio Amarelo*, mês dedicado a fortalecer o trabalho de conscientização em relação ao trânsito, em relação a acidentes de trânsito mais especificamente, porque é um assunto de grande preocupação, pelo número de pessoas na estrutura hospitalar, em consequência de acidentes de trânsito, pelos óbitos gerados.

Esse é um assunto de todos, como diz o tema do *Maio Amarelo: Juntos Salvamos Vidas*. Realmente, como afirmei, é uma causa de todos, envolvendo não só motoristas, mas passageiros, ciclistas cada vez mais presentes nas cidades, nas rodovias, nas estradas rurais e que também precisam ser acolhidos e também precisam ter conhecimento, noções básicas das regras de trânsito, para também estarem inseridos nelas. Os dados são surpreendentes. Vinte e nove por cento dos óbitos externos são consequências de acidentes de trânsito. No caso do Paraná, em 2020, ano de pandemia, em que os acidentes de trânsito até tiveram uma redução, aconteceram 2.415 óbitos no Paraná, uma média de sete por dia. Isso realmente é muita coisa. Sem contarmos os milhares de traumas, ferimentos, internações hospitalares. O sudoeste é testemunha disso com altos índices de acidentes, acima da média estadual, tanto acidentes, quanto os óbitos. O Hospital Regional de Francisco Beltrão, o Hospital Regional do Sudoeste do Paraná, um hospital referência em ortopedia, referência em trauma, sempre tem grande parte dos seus profissionais, grande parte da sua equipe, Deputado Michele, que conhece bem essa realidade do trauma no sudoeste do Paraná, o Hospital Regional. Então, isso nos leva a refletir e a considerar que esse assunto é uma causa de todos e precisa estar presente este mês no Parlamento, nas escolas, nas Igrejas, em toda a sociedade organizada. Falando em hospitais, gostaria também de fazer uma referência a uma pauta importante que tivemos ontem com o novo Secretário de Saúde, Doutor César, com o Vice-Prefeito de Francisco Beltrão, Antônio Pedron, onde retomamos um assunto relevante que está pendente há bastante tempo, que é sobre a ampliação do Hospital Regional, para ser ali implantado o atendimento cardíaco, a hemodinâmica ausente ali na região, ao menos em uma estrutura maior e isso leva a muitos transtornos, inclusive, a muitos óbitos, por buscar em muitas ocasiões atendimento em outras cidades. Essa ampliação já estava licitada para acontecer, portanto, há uma autorização do Governo, mas por conta da alta, o aumento extraordinário que houve nos custos da construção civil, a empresa vencedora acabou não assumindo a obra e levou os custos para um novo planejamento, para novamente sair uma licitação. Esse foi um dos objetivos da nossa audiência com o Secretário da Saúde, porque há muito tempo estamos cobrando essa nova planilha, para novamente ir para licitação essa obra e está na PRED. A PRED eu vejo que

funciona com muita dificuldade, porque ouço na maioria das Secretarias reclamações ou inflamações: *Ah, está na PRED. Está na PRED e não sai de lá.* Então, fizemos um encaminhamento importante com o Secretário da Saúde, que esse assunto vai ser agilizado, para novamente licitar essa obra e poder acolher essa nova e necessária especialização, que com certeza vai gerar muitos atendimentos e salvar muitas vidas. Um dos objetivos também da nossa reunião, com o Vice-Prefeito Pedron, que com o Prefeito Cleber tem conduzido a administração municipal de Francisco Beltrão, com ótima aprovação, com ótimo trabalho, especialmente na área de saúde, foi a reivindicação que também está pautada junto à Sesa da instalação no Hospital Regional de uma UTI pediátrica, algo que faz muita falta também naquela unidade, muita falta para toda a região sudoeste, porque seguidamente se precisa buscar também um leito de UTI pediátrico em outras cidades. Então, também saímos com a decisão do Secretário de acelerar os estudos, inclusive junto ao próprio hospital, e com o compromisso também, já autorizado pelo Governo, autorizado pelo Governador Ratinho Junior, para a implantação deste serviço, que é fundamental, é prioridade, dentro da grande estrutura de saúde que já temos em Francisco Beltrão, com um bom atendimento, mas que tem sempre essas carências e precisa ser estruturado para atender às novas demandas sempre presentes. E nesta boa referência que quero falar, fazer, a estrutura pública de saúde de Francisco Beltrão, não poderia deixar de fazer referência ao próprio Hospital Regional, que faz um trabalho excelente, um trabalho de qualidade, na sua especialização principal que é a traumatologia, mas também foi hospital e é ainda um hospital de referência da Covid, que fez e faz um excelente trabalho. Também fazer referência ao Ceonc, que é uma estrutura importante que está em Francisco Beltrão, ao CREC, ao Centro Regional de Especialidades, administrado pelo consórcio regional, um dos maiores do Paraná, com muitos serviços especializados, e fazer uma referência, sem dúvida, também, ao Samu, que ontem teve aqui os comentários feitos por meio da Deputada Luciana, com preocupação, por meio do Deputado Tadeu, e com um aparte muito preciso também, objetivo, do Deputado Guerrinha. E é um assunto que também me preocupa, porque conheço muito bem o Samu ali no sudoeste. Quando Prefeito, fomos conhecer o Samu, as UPAs, que conhecíamos mais por filmes de televisão em alguns grandes centros, mas, no

Brasil, no Paraná, ao menos, era ausente. Fomos com um grupo de Prefeitos no Norte de Minas Gerais, uma cidade chamada Montes Claros, já perto da Bahia, conhecemos o serviço, vimos que era um serviço bom, muito bom, mas tem um custo, tem um custo alto. Mas os Prefeitos decidiram fazer um consórcio, e esse serviço está funcionando, mas com valores realmente muito defasados, que têm sobrecrecido os municípios, isto é uma realidade, tanto é que do Governo Federal desde 2013 não existe aumento dos valores repassados, que são de R\$ 541 mil, 833,00 por mês, e do Estado do Paraná, desde 2017, R\$ 375 mil, 247,00, e os municípios estão bancando R\$ 912 mil. Estamos discutindo isso, como disse o Deputado Guerrinha, em nível de Governo, Casa Civil, Governador, Sesa, e apostamos na solução, e precisa de uma solução, é necessária, e acreditamos que ela vai acontecer, porque o serviço não pode parar. Como foi dito aqui, é um serviço também de excelente qualidade, custa muitas vidas, sabemos do custo de todos os entes, tanto ao Governo Federal, quanto ao estadual, mas principalmente para as administrações municipais, que muitas estruturas, não só essas de saúde, são implantadas pelo Governo Federal, muitas vezes...

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Concede um aparte?

DEPUTADO REICHEMBACH (UNIÃO): ... pelo ente estadual, mas que vai sobrecregendo cada vez mais os municípios, e precisamos dar esse apoio para que esse equilíbrio possa continuar acontecendo. Pois não, Deputada Luciana.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Quero me somar ao seu pronunciamento, e falei isso no dia de ontem, mas quero aqui me somar, dizer que é muito justa essa preocupação, e realmente precisamos unir as nossas forças, e aqui representantes do sudoeste do Paraná, todos os Deputados que aqui representam a região sudoeste de uma maneira especial, nos unirmos para fazer com que realmente tanto o Governo Federal cumpra com o seu dever, com a sua parte nesse repasse, faça essa reposição dos valores, esse reajuste que não mais foi feito, e também o Governo do Estado, que o trabalho que é realizado pelo consórcio na região sudoeste é um trabalho excelente, nunca ouvimos nenhuma reclamação, e é por uma equipe altamente qualificada.

Então, por isso, defendemos aqui o consórcio, defendemos esse trabalho que o Samu vem fazendo, e precisamos, sim, unir nossas vozes aqui, unir nossas forças políticas para que o consórcio continue realizando esse trabalho e que isso não fique apenas com as custas para os municípios, mas que cada um cumpra com a sua parte, tanto o Governo Federal quanto o Governo do Estado, e os municípios com a... (É retirado o som.)

DEPUTADO REICHEMBACH (UNIÃO): Para concluir, Excelência. Obrigado Deputada Luciana. Confiamos nessa solução, estamos trabalhando por ela, porque se o peso vai muito exageradamente sobre os municípios, muitos poderão sair do consórcio e aí, sim, inviabilizá-lo. Mas mais uma vez dizer da satisfação nossa com o Hospital Regional, os seus serviços, os seus profissionais, mas que ele ficará, sem dúvida, com melhores condições de prestar um serviço ainda melhor com a hemodinâmica, com a ampliação do hospital, e especialmente com a UTI pediátrica. Muito obrigado.

SR PRESIDENTE (Deputado Delegado Jacovós – PL): Próximo orador inscrito, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputados, Deputadas e aos que nos acompanham aqui pela TV Assembleia e demais mídias. Primeiramente quero dizer que hoje na CCJ foi aprovada a criação da Bancada Feminina. Acho que é importante realmente até o que foi dito que está lá no Projeto de Lei, para que elas possam ocupar lugar na Mesa Diretora aqui desta Assembleia. Agora, espero, Deputada Mabel, que essa lei aprovada, e deve ser aprovada aqui na Casa, que realmente vocês ocupem na Mesa lugar de destaque, não lugar secundário. Então, acho que para o próximo mandato ou ocupem a Presidência, ou a 1.^a Secretaria, senão não adianta, ocupar qualquer vaga é melhor não ter vaga nenhuma, acho que tem ser feito isso. E outra emenda que faremos aqui nesse Projeto é para que amanhã não entre um Parlamentar aqui fazendo parte daquele grupo LGBTI+, que ele dorme, ele entra como Paulo e acorda como Paula, e queira fazer parte da Bancada Feminina e pegar um lugar na Mesa. Aí não. É homem e mulher, é do jeito que ele nasceu, não do jeito que ele sonhou que é. Então, acho que é uma emenda importante para nós. Digo isso, gente, porque hoje no esporte já estão

competindo homens que acham que são mulheres e competem, que é uma covardia, com uma mulher, e as mulheres estão reclamando, com toda a razão. Não sei quem foi o hipócrita que permitiu que isso ocorresse, que é lamentável. Bom, findando esse assunto, ontem a fala do meu colega Arilson Chiorato, Deputado que respeito, Partido aqui oposto ao nosso, Partido do PT, ele começou bem a fala dele, ele começou com o versículo de João 8:32: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. E citou aqui que vários políticos já usaram. Já vou corrigir, não, um político usou, o nosso Presidente Jair Messias Bolsonaro, porque é cristão, porque fala a verdade, porque é honesto e patriota. Quando o senhor diz aqui que a verdade pode demorar, mas ela aparece. Você citou aqui que Galileu já falava que a verdade é filha do tempo e não da autoridade. Exatamente, Galileu estava certíssimo, a autoridade da época, o Lula, dizia várias falácia, dizia até que adorava o povo, que governava para o povo, que era honesto. Aí, após anos, vimos que ele não passava de um fanfarrão que enganou o povo brasileiro, que saqueou o nosso Brasil. E quando o senhor cita que tivemos um Juiz ladrão, Sergio Moro, não defendo o Juiz Sergio Moro não, porque tenho as minhas ressalvas contra ele, mas chamar de ladrão, comparado ao esquema do PT, aí já é demais, aí já é demais, porque como o senhor citou aqui que a ONU absolveu o Lula, óbvio, os advogados do PT em 2018 entraram lá no setor de direitos humanos da ONU para explicar que o Lula foi julgado errado. Não, ele foi julgado, tinham 3 mil provas, foram anos de investigações, envolveu Polícia Civil, Federal, Ministério Público, enfim, testemunhas, fotos, ele foi condenado em várias instâncias, várias aqui no Brasil, até o STF concordou. E depois o Fachin também um dia acordou, viajou lá no país da Alice e as Maravilhas, não sei como chama esse nome aí, e acordou: *Não, o Lula não cometeu crime*. Então, se não cometeu crime, por que o gerente da Petrobras devolveu cem milhões de dólares? Ele devolveu, porque ele tinha roubado. Ele é réu confesso. E outros mais que devolveram bilhões. Então, se não houve roubo, não sei de onde veio o dinheiro. Infelizmente a ONU não tem as informações necessárias, óbvio que não tem. Vá saber quem avaliou isso dentro da ONU. Aí querem saber o que o Governo Brasileiro vai dizer. Iria sentar e dar risada de uma bobagem dessa. E o povo brasileiro igual, óbvio. Agora, quando o senhor fala, Deputado Arilson, que o Brasil hoje tem milhões de desempregados. Vou

refrescar a memória dos senhores. A Dilma deixou o Brasil, quando a tiraram, graças a Deus, com quase 20 milhões de desempregados em nosso País. Ela entregou um País quebrado. Um País sem nenhuma credibilidade internacional. Nenhum investidor de fora colocava mais dinheiro aqui, ao contrário, tirava o dinheiro daqui. Por isso que ajudou a gerar desemprego. As estatais no Governo Lula e Dilma deram quase 100 bilhões de prejuízo. O País estava em um caos e olha que não teve pandemia, não teve guerra. Nada. A única guerra, a única pandemia foi a equipe do PT. A pandemia, a quadrilha que tomou conta do nosso Poder. Ainda, Arilson, quando o senhor fala, Deputado, a inflação do Brasil está alta, o senhor entende muito bem de economia também. A inflação está alta no mundo inteiro. E o Brasil está melhor que a maioria, porque aqui não está faltando nada. Na Europa falta; nos Estados Unidos falta; em muitos lugares falta. Acho que o senhor está confundindo a economia da Argentina, que está com 55% de inflação, porque tem um governo de esquerda, óbvio que está na ruína, a mesma coisa Cuba e Venezuela, está confundindo com o Brasil. A economia aqui está indo muito bem, obrigado. Lembrando que o Brasil é um dos países pós-pandemia que mais cresce na economia. O PIB nosso cada dia maior. A geração de empregos cada dia maior. E quando o senhor falou que lá fora a fama do Brasil é ruim. Não. Era ruim no governo de esquerda, quando viram a roubalheira que foi feita, até empresários americanos foram em cana, graças à quadrilha do PT. Hoje o País que mais recebe dinheiro do mundo, ou melhor, o quarto País que mais recebe investimentos internacionais é o Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos, da China e do Canadá. Ora, o quarto. O quarto País. A credibilidade nunca esteve tão alta em nosso País. Vou pedir que tenhamos responsabilidade quando vamos defender. Acho que cada um defender quem quiser, mas não vamos falar mentira na tribuna. Vamos levar números oficiais, como tenho aqui. Não uso aqui a cartilha do PT. Não. Procuro as fontes corretas de credibilidade. Não podemos brincar aqui de falar o que quer aqui para o povo engolir isso. O que mais tenho aqui para falar. A respeito da fala do meu amigo Arilson, teria outros assuntos aqui para falar, mas acho que já foi dito o bastante aqui. Essa frase do senhor foi ótima: *A verdade é filha do tempo e não da autoridade*. O senhor a repetiu aqui embaixo. Realmente é verdade. Foram 13 anos de roubalheira do PT para o Brasil acordar. E acordou. Hoje o

Presidente Lula, se é que vai continuar a campanha dele, não acredito, porque não pode sair na rua, porque é xingado onde for. Ele chega ao aeroporto e sai pelo fundo. Foi lá fazer um discurso em 1.^º de maio e não tinha ninguém, teve que esperar o povo chegar. Nem com a Daniela Mercury fazendo show. Aí a solução é a seguinte: quer juntar gente, Lula? Chama o Bolsonaro para o evento. Aí você vai falar para uma multidão. Não sei se vai ser aplaudido ou vaiado. Então, é isso aí, gente. O Brasil está mudando, mudando para melhor. O que dava muito prejuízo as estatais. Por que dava prejuízo? Porque era um cabide de emprego que tinha lá. Os caras saqueavam dinheiro a rodo. Hoje não tem mais, porque a roubalheira acabou. O Presidente Bolsonaro fechou o ralo da corrupção. Hoje dão lucros bilionários as estatais. Mudou. Lembrando que os serviços sociais de ajuda no Governo Bolsonaro são bem maiores do que no governo do PT. Só que não tem roubo. Então, mesmo com pandemia, com guerra, o Brasil continua crescendo, investindo, concluindo obras de infraestrutura importantíssimas, diferente lá do antigo governo, que jogou bilhões, quebrou o BNDES para sustentar Cuba, Venezuela, Colômbia, Bolívia, dinheiro esse que nunca mais vai retornar aos nossos cofres, dinheiro do povo brasileiro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Jacovós – PL): Para concluir, Excelência.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para concluir, tem uma boa aqui, que o nosso Brasil, na época do Lula, não batia continência para o império americano. *Hum*, batia continência, Deputado Jacovós, sabe para quem? Para os países ditadores: Cuba, Venezuela, Bolívia, Colômbia, Angola. Melhor agora que temos acordos internacionais com quem? Com os Estados Unidos, Japão, Israel, países que vão gerar uma troca comercial importantíssima. A outra não, só ia dinheiro nosso para lá e não voltava mais, porque o Lula era muito amigo dos cubanos e dava bilhões e pegava a garantia em charutos. Duvido que algum Deputado do PT que tenha dinheiro para emprestar vai pegar garantia em charuto. Ah, como o Brasil não tinha dono o dinheiro, agora tem. Agora o dinheiro é dos brasileiros. Muito obrigado. Que Deus abençoe o nosso País.

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Jacovós – PL): Próximo orador inscrito, pela Liderança do PT, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Quer só fazer uma referência antes do assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente. Com todo o respeito, Deputada Mara Lima, ouvi a senhora com toda atenção, mas o Vereador Renato não será cassado. Não é pela vontade de quem não está na Câmara de Vereadores ou de quem não participou do debate que ele será cassado. E a senhora sabe que o Bispo, a senhora falou tanto em perdão, o Bispo, o Arcebispo Metropolitano perdoou o Renato. Perdoe a senhora também, porque o ódio que as pessoas, às vezes, têm e que demonstram, não estou dizendo que é o seu caso, mas o ódio que demonstram por uma atitude que a Igreja Católica perdoou, que o Arcebispo perdoou, que os Padres perdoaram, que o Padre disse que a Igreja não tinha mais nenhum tipo de atividade, que o Renato pediu perdão. O Renato pediu perdão, Deputada. Parece que as pessoas não aceitam o perdão. Cristo, e se falo em Cristo falo em perdão. A Igreja não é um prédio. A Igreja não é uma casa. Não sou a pessoa mais adequada para falar, porque me limito a ir às novenas do Perpétuo Socorro. Limito-me a ir. Limito-me a fazer aquilo que aprendi dentro da minha casa, mas aprendi dentro da minha casa o perdão. Se partirmos do princípio de que alguém tem que entrar e ser punido, a Páscoa foi há poucas semanas. A ressurreição, Deputada Mara Lima, é o perdão. A ressurreição é a negação do Barrabás. A ressurreição é a possibilidade de convivermos com os desiguais. Então, perdoe. Não peça para ser cassado. Não vou lhe dar aparte, desculpe, Deputada Mara Lima, só para concluir. Não peça para ser cassado. Por que o que mais precisa fazer? O que mais, Deputado Homero? Precisamos pegar e colocá-lo em praça pública e, por ser negro, por ser jovem dar 200 chibatadas, é isso? É o perdão. E o perdão já foi dado por quem deveria ser dado. É isso. Quero falar aqui, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, de um acontecimento muito trágico e que nos faz questionar a humanidade. Um policial entra de madrugada, um policial federal, em um posto de gasolina da Sete de Setembro, para quem não é de Curitiba é no final da Sete de Setembro ou início da Sete de Setembro, aqui no Bairro Cristo Rei. Cerca de uma e meia, duas horas da manhã, sem que ninguém entenda

absolutamente nada, com um carro descaracterizado, o policial Ronaldo Silva, da Polícia Federal, discute com um frentista, entra e atira em uma pessoa que já está no chão, mata o fotógrafo André Muniz, de 33 anos; atira em mais três pessoas do lado de fora; volta para dentro do Posto, toma uma cerveja e vai embora. E, obviamente, antes de ir embora, é detido pela Polícia Militar e levado para, na sequência, para a Polícia Federal. Mas que relação é essa: um jovem de 33 anos, não discutiu, não falou nada, simplesmente ficou vendo, como, aliás, alguns devem ter visto o vídeo, com as pessoas deitando no chão e esse senhor procurando e atirando a esmo. Assim como aconteceu e vim aqui relatar, e lamentei muito também, continuo lamentando a morte do fotógrafo, como aconteceu recentemente com o filho da Dr.^a Izabel. Seu sobrinho atirou nele e iria atirar em outras pessoas dentro daquele bar onde eles estavam. Que tipo de sociedade está sendo construída? Aí fui pesquisar a respeito do incentivo e não estou dizendo que é este o motivo principal, mas o incentivo ao uso de armas no Brasil. O número de armas registradas, por ano, pelo exército, pelas categorias de caçadores, atiradores e colecionadores, os CACs, saltou 24 vezes em seis anos. No ano passado foram 257 mil armas registradas, um recorde histórico. Em 2015 esse número foi de apenas 10 mil, ou seja, houve alta de 2.340% no período. A média de armas registradas chegou a 705 armas/dia, que dá um registro novo a cada dois minutos. O número leva em conta a expedição de certificado de registro de arma de fogo por CAC. Delegado Jacovós, o senhor que é delegado sabe o que significa uma quantidade enorme de armas na mão de civis que muitas vezes, e, como diz esse senhor, embora seja policial, estava em surto. CACs está podendo comprar fuzil, mas lá, em Guarapuava, não tinha fuzil na Polícia Militar. O CAC que é fazendeiro compra fuzil 762, diz o Sr. Jair Bolsonaro: “Tem que todo mundo comprar fuzil, pô, povo armado jamais será escravizado, sei que custa caro. Tem idiota, ah, tem que comprar feijão. Cara, se não comprar fuzil, não enche o saco de quem quer comprar”. Isso é uma imbecilidade sem precedentes. Quando um Presidente da República fala uma coisa dessa, incentiva as pessoas a cometerem as barbaridades como essa que aconteceu agora, na madrugada de ontem. Ao todo, em março de 2022, os CACs tinham um acervo total de 883 mil armas registradas, 48% mais, por exemplo, que a soma de policiais, bombeiros e militares do exército em 2020, sendo que deste

total 596 mil armas, segundo manual de segurança pública. Em 2019 dez decretos e 14 portarias foram publicadas dando novos regramentos à aquisição de armas e munições para os CACs. Por exemplo: agora um atirador tem direito a ter 60 armas, sendo 30 delas de uso restrito. Para cada arma é possível comprar até mil munições por ano no caso de atiradores e o limite pode ser ampliado em cinco vezes, desde que haja autorização do exército. Ainda diz, Carolina Ricardo, do Instituto Sou da Paz: “É preciso lembrar que esse aumento também se torna uma fonte de arma migrada do legal para o ilegal, que podem ser furtadas, roubadas ou até mesmo vendidas de forma intencional”. Em 3 de fevereiro, por exemplo, a Polícia Civil do Espírito Santo realizou uma operação em nove municípios para desbaratar uma quadrilha que comprava armas de fogo em nome de pessoas que não tinham passagem pela polícia e repassava essas armas para os criminosos. O pesquisador Daniel Cerqueira, que é professor de Mestrado em Segurança Pública, da Universidade de Vila Velha e da UnB, classifica como irresponsabilidade legislativa do Governo Jair Bolsonaro os decretos que facilitam acesso às armas. Cerqueira questiona principalmente a permissividade em excesso no número de armas e munição. “Para que até cinco mil munições para cada arma? Vamos ter munições espalhadas por aí. Fora o fato de que o Governo Bolsonaro permitiu a reciclagem de cápsulas e, também, tirou do controle do exército as marcas de recarga de cápsulas”. Ele diz, ainda: “Que apenas em 2020 a quantidade de pólvora vendida para os CACs daria, senhores, pasmem, daria para produzir 59 milhões de munições para pistola de 9 mm”. O exército ainda afirmou que existem 2.762 certificados de registro de CACs suspensos atualmente no País. A corporação não detalhou os motivos que levam à suspensão. Esse é o Governo Jair Bolsonaro, o governo da morte. Esse é o Governo Jair Bolsonaro, o governo que incentiva as pessoas a se armarem com fuzil. Quantos dos fuzis, submetralhadoras ou metralhadoras utilizados, Deputado Luersen, em Guarapuava, poderiam ter sido furtados, poderiam ter sido roubados ou poderiam ser comprados de CACs? Não sabemos, porque não tem registro. Quantos do que cometem assaltos são armas retiradas originariamente compradas de forma legal? E pergunto aqui justamente a quem conhece: Soldado Fruet, o que deveríamos fazer? Armar 220 milhões de pessoas ou, de fato, dar condições para que o policiamento tivesse as armas

necessárias como são feitos em países da Europa, como são feitos em outros países? Armar a população e achar que com isso vai resolver a violência dá no que deu nessa última semana infelizmente. Concedo-lhe um aparte, Deputado.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Olha, Deputado, respeito-o muito bem... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Tadeu, para concluir.

Deputado Soldado Fruet (PROS): ... o que temos que ter é que a minha família esteja segura. É isso. Se o Estado não lhe proporciona isso, tenho que proporcionar a segurança da minha família.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Deputado. Vamos continuar, infelizmente, convivendo com as situações como vivemos ontem. Um jovem de 33 anos que não tinha absolutamente nada, nada, estava em um posto de gasolina com a sua namorada, com a sua esposa, não é explicitado, que de repente alguém entra porque discutiu fora, porque já havia brigado em uma casa noturna e resolve disparar em todo mundo. Poderia ter sido qualquer um de nós, poderia ter sido qualquer pessoa que conhecemos. Não o conhecemos, não sabemos quem é. Agora, sabemos que essa situação trágica não ficará limitada a este acontecimento. Infelizmente. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registramos a presença na Casa do Vereador de Realeza, Sr. Bento Emiliano; do Chefe de Gabinete, Sr. Marquinhos; e da Secretaria de Educação, Sr.^a Jolsane, por solicitação do Deputado Douglas Fabrício. Obrigado pelas presenças. Ainda no horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Não ia falar hoje, mas ouvi atentamente a fala do meu nobre colega Deputado Tadeu Veneri em relação a armamento, a armas. Agradeço até o aparte que ele me deu, mas penso assim, Sr. Presidente, a arma não atira sozinha, nenhuma arma atira sozinha. A arma está lá, alguém tem que

puxar o gatilho. Foi criada uma lei absurda um tempo atrás e desarmaram as pessoas de bem. Tiraram o armamento, mas o vagabundo não quer nem saber, o vagabundo está lá armado e bem armado, exemplo foi, agora, em Guarapuava, a polícia com pistola e os vagabundos com ponto 50. Então, não é a lei que está matando, é quem está puxando o gatilho que está matando. E 17 anos como policial militar, com todo o respeito, Deputado Tadeu, o ladrão, o vagabundo, o marginal, ele não respeita se você é um pastor, se você é um policial, se você é de Partido “A” e “B”. Ele vai te matar, se ele tiver oportunidade, ele vai te matar, ele vai te roubar! E o que impede isso, não é: *Por favor, não me mate!* O que impede isso é você ter um poder de arma maior do que o dele ou pelo menos igual ao dele. Defendo os CACs, respeito o posicionamento do senhor, mas defendo os CACs, e temos que ter na cabeça que a arma não atira sozinha, é alguém atrás da arma. Foi um fato triste o que aconteceu dessa situação que o senhor falou. Vi as imagens. Uma covardia tremenda que esse policial fez. O coitado do cidadão tentando se esconder ali e ele foi lá e executou, ainda quis falar que foi legítima defesa. É um absurdo aquilo ali, mas, papel aceita tudo, mas não acredito que o senhor foi feliz nessa fala aí em relação a falar dos CACs. Não sei como é que esse cidadão fez essa conta de milhões de pólvora faz quantas munições. Não sei. O cara é bom na conta aí.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Peço um aparte.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Mas tenho que dizer uma coisa para o senhor. Vou dar um aparte. Temos um exemplo nato. Tem uma empresa de televisão, a *Rede Globo*, ela é contra o desarmamento, briga, isso e aquilo, mas na novela *Pantanal*, gosto de assistir, rapaz do céu, aquela mulher que mora sozinha no mato, como é que ela defende a casa dela? Com aquela garrucha dela lá. Então, para você se defender de vagabundo, marginal, tem que ter arma, sim, mas é claro tem que usar com decência, com cuidado, quem é capacitado. E para você fazer parte de um CAC, hoje, não é só você chegar lá, dar o nome, pronto, você já sai com a arma na mão. Um cidadão para ter uma arma de fogo em um CAC leva quase um ano, passa por uns 300 testes, não é assim comprando arma. Agora, o vagabundo não. Vai ali à esquina,

colocou a arma na cinta e acabou. Então, temos que criar políticas públicas para combater a questão de compra de armas ilegais e, sim, valorizar aquelas que são vendidas legalmente, porque não está vendendo por esporte, está vendendo para defender a família, o seu bem maior, o seu patrimônio. Um aparte, Deputado.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Obrigado, Deputado Soldado Fruet! Parabéns pela fala! Sou totalmente favorável, sim, a pessoa de bem, que quiser e puder, tem que ter uma arma, tem que ter para defender sua família, seu patrimônio. Sou CAC há mais de 30 anos, nunca tive problema nenhum. O caso aqui que houve com esse policial federal, um cara que devia estar aloprado, drogado, enfim, não sabe o que aconteceu lá, vai se apurar, um covarde realmente que agiu totalmente errado. Agora, ele tem arma porque ele é policial, não tem nada a ver com CAC. Agora, uma pergunta que faço: se tivesse alguém armado lá, um CAC, com certeza teria derrubado esse sujeito. Só que ninguém estava armado lá, só ele. Por isso que o cidadão de bem tem que usar arma, porque, em um evento desse, ele pode salvar a vida de muita gente. Agora, o que o Lula defende? O ladrão de celular que rouba para tomar uma cervejinha. Outro dia, um desses marginais, moleque, com 10 passagens na polícia, roubou o celular, deu quatro tiros no menino de 20 anos. Aí pergunto: e se o menino estivesse armado ou a namorada dele? Será que ele dava quatro tiros ou levava 10? Então, quem nos põe em equilíbrio com o mal é quem tem arma, quem não tem arma está em desequilíbrio. E diferentemente do que essa *Rede Globo* e do que o Deputado Tadeu aqui falou, que os CACs estão vendendo armas, não. São apreendidas por ano mais de 130 mil armas. Por ano, são apreendidas pela Polícia Federal e Estadual, armas de contrabando, ninguém sabe da onde vem, é contrabando na mão de marginais. Então, ficamos aqui, quando veio aquele decreto do desarmamento, que tirou a arma do povo, só os bandidos ficaram armados. A criminalidade aumentou, os homicídios aumentaram. E agora, graças ao Presidente Bolsonaro, que está facilitando para o cidadão de bem ter arma, abaixou mais de 20, 30% ao ano a criminalidade. Então, vemos que o povo de bem armado só traz benefício à população. Muito obrigado!

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Muito obrigado, Deputado Arruda! O problema não é arma...

Deputado Requião Filho (PT): Um aparte, Deputado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Oi?

Deputado Requião Filho (PT): Um aparte.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Pode, pois não.

Deputado Requião Filho (PT): Só temos que tomar cuidado com uma diferença. Temos no Brasil o CAC, que autoriza o cidadão a sair da sua casa ao estande de tiro e do estande de tiro para sua casa. Não é porte de arma.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Sim.

Deputado Requião Filho (PT): Então, temos que deixar isso bem explícito e claro, porque senão daqui a pouco aí estamos incentivando pessoas a descumprir a lei, achando que estão embasadas em algo legal. Porte de alma é uma coisa, CAC é outra. Temos que tomar esse cuidado. O CAC não pode andar armado por aí, tem que ter porte de arma emitido pela Polícia Federal. Existe uma diferença nisso aí. Acho que é importante deixarmos isso bem claro.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Sim, isso. Ótimo! Está errado vai para o cacete, não tem conversa, tanto faz, não é? Mas o problema não é arma, o problema é quem está atrás da arma.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Não, Deputado, Deputado...

Deputado Soldado Fruet (PROS): Pois não.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Fruet, o senhor me permite um aparte? O senhor me permite um aparte?

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Com toda certeza.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): O Deputado Requião Filho tocou em um assunto importante aqui agora pelo seguinte. Não sei se os senhores perceberam, há um movimento para que uma lei, leis municipais criem uma situação autorizatória, como se a pessoa que se integrasse a um CAC pudesse ter porte de arma. Recebi de alguns municípios isso e, na verdade, é o seguinte: a lei que trata do Estatuto do Desarmamento, e no art. 10 regulamenta a possibilidade de quem pode e como pode, e é competência exclusiva do Departamento de Polícia Federal, depois do teste psicológico, teste de proficiência, reputação ilibada da pessoa, autorizar o porte de arma. Na verdade, tem leis sendo feitas em um município que induzem as pessoas a acharem que no município é possível o município autorizar porte de arma. Os senhores podem ver. Não vou citar aqui a Prefeitura por uma questão ética, mas a Lei Federal ela está em vigor. Cada um de nós que queira ter uma arma, e acho que é um direito de quem julgar que é necessário ter uma arma, ter arma. Não sou a favor do armamento de todos, mas entendo que é um direito de todos. Também sempre gostei de arma, acho que é interessante arma. Agora, tem que se observar que a lei é rigorosa para quem vai ter acesso a uma arma. Com exceção daqueles que já têm pela própria lei autorização para tê-la, todos os outros cidadãos, inclusive nós Parlamentares, temos que nos submeter como qualquer cidadão ao mesmo regramento. Então, essas leis municipais que estão sendo feitas elas não valem nada, vale o art. 10 da Lei do Estatuto do Desarmamento. Apenas para contribuir com o seu pronunciamento, Deputado Fruet.

Deputado Delegado Jacovós (PL): Deputado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Pois não.

Deputado Delegado Jacovós (PL): Deputado Fruet, Delegado Jacovós.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Pode falar aí, Delegado.

Deputado Delegado Jacovós (PL): Existem dois Projetos nesta Casa de Leis que tratam dessa questão dos CACs, um é do nobre Deputado Tiago Amaral e outro é do Deputado Adriano José, inclusive do Tiago Amaral assinei em

conjunto, mas em nenhum momento, pela constitucionalidade, vamos tratar de porte de arma para CAC, apenas para deixar bem claro que o CAC é uma atividade de risco. Isso podemos, sim, dentro de uma determinada constitucionalidade dizer que é uma atividade de risco. Agora, não para permitir os “*porte abacaxi*”, que todos sabemos que existe por aí.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): É isso. Mas é isso então, Sr. Presidente. Obrigado! Com todo o respeito, Deputado Tadeu, mas a maneira que foi falado parece que o pessoal do CAC anda armado, anda matando meio mundo aí e não é bem assim. Como sempre falei, o problema não é a arma de fogo e, sim, quem está atrás dela. E vagabundo, com todo o respeito, vagabundo só respeita *bala na cara*. Até mais, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos ao horário da Liderança do Governo. Com a palavra, Deputado Tiago Amaral.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Deputados, nobres colegas da Mesa Diretora, da Mesa Executiva. É uma satisfação poder usar esta tribuna para falar aqui em nome da Liderança do Governo Ratinho Junior, em nome do nosso Líder, parceiro e amigo Marcel Micheletto. Eu que recebi a honrosa missão e o convite do Governador de retornar à Vice-Liderança do Governo e aceitei justamente porque entendo que o que podemos fazer nessa condição é bastante importante para o desenvolvimento dos trabalhos da Casa, é importante para o Estado do Paraná. Acho que podemos melhorar muito o debate, evoluir muito nas questões que temos tratado por aqui. E quero já, antes de tudo, meu amigo Guerra, grande parceiro, querido Deputado, Plauto, todos vocês, colocar-me à disposição para tudo aquilo que for necessário em relação aos projetos, em relação às demandas, em relação aos questionamentos e às dúvidas, meu querido amigo Nelson Luersen também, que está ali, em relação a tudo aquilo que tramita aqui na Assembleia, principalmente no que diz respeito ao Governo do Estado do Paraná. Da mesma forma com a Liderança da Oposição e com os Deputados de Oposição, sabem do respeito que tenho e sempre manterei esse mesmo diálogo e essa mesma tratativa. Será um prazer contribuir com o debate na Casa ao lado de cada um de vocês. Em relação até ao que estava sendo tratado, o Deputado

Jacovós fez menção aqui a um Projeto de Lei que pessoalmente estudei bastante e quero dizer que ele tem toda a razão. O Deputado Romanelli tem toda a razão, o Deputado Fruet tem toda a razão, ninguém, absolutamente ninguém pode conceder porte de arma se não o Superintendente da Polícia Federal cujo local está registrada a arma de fogo do respectivo solicitante. Isso não vai mudar, isso não vai se alterar e qualquer coisa que fuja disso, na minha avaliação, é, sim, extremamente questionável. Então, até o Projeto de Lei que estamos tramitando nesta Casa é, como muito bem colocou o Deputado Jacovós, exclusivamente para reconhecimento de um risco a uma atividade. Isso é fato, sabemos que é, sabemos da problemática que é você realmente ter armas em sua casa, o risco que você está submetido, então é natural que de fato isso aconteça. Mas, independentemente disso, sempre será, enquanto a legislação federal for a mesma que está vigendo, de competência do Delegado Superintendente da Regional onde o proprietário dessa arma de fogo reside. Portanto, acho que isso aí é bastante tranquilo, vamos falar sobre isso ainda, mas quero aqui hoje fazer um destaque muito especial, caros amigos, à retomada dos grandes eventos e de forma especial, minha querida amiga Maria Victória, meus nobres colegas e amigos Deputados da região Norte e Noroeste, em especial, Batista, os maringaenses, os grandes eventos do agro. Tive a honra, como londrinense, assim como o Tercílio Turini, de estar presente, prestigiando a maior feira do nosso País, que é a ExpoLondrina, com o maior número de público, que bateu recordes desta vez, quase 600 mil pessoas, nos 10 dias de feira passaram por lá, 300% de aumento inclusive na realização de negócios na feira, chegando a pouco mais de R\$ 800 milhões, quase R\$ 900 milhões. Por que digo isso? Porque foram tempos duros, ainda estamos vivendo tempos duros neste “pós-pandemia”, onde percebemos o anseio, a demanda e a vontade das pessoas de voltar a esse convívio, de voltar a interagir, de voltar a ver gente e de participar de eventos como esse. Então quero, já enaltecedo essa ExpoLondrina, que foi recorde em todos os aspectos, lotada todos os dias, uma festa realmente e real da humanidade, da integração do homem do campo, do homem da cidade, do filho do produtor, do filho do trabalhador rural, do filho do cidadão que vive na cidade. Essa integração é maravilhosa! Ao mesmo tempo em que já destaco aqui, com a devida vénia aos meus colegas Deputadas maringaenses, que estamos na

semana da abertura e do lançamento da Expolngá, que tem tudo também para ser um evento extraordinário. Então, quero aqui desejar, em nome do Governo do Estado, do Governador Ratinho Junior, que todas as bênçãos recaiam sobre a cidade de Maringá e de forma especial sobre à Diretoria da Expolngá, à nossa querida Maria Iraclézia, para que possa conduzir mais uma grande feira da celebração da vida, da celebração da integração do homem do campo com o homem da cidade. Isso afinal é o nosso Paraná, meu querido amigo Gilson de Souza, isso afinal é o nosso Brasil! Uma ótima terça-feira a todos e muito obrigado pela honra, ao Governador Ratinho Junior, de me conceder a oportunidade de voltar a este debate, a esta discussão, agora como Vice-Líder do Governo. Obrigado.

Deputado Marcio Pacheco (REP): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Se tiver tempo, concedo-lhe um aparte.

Deputado Marcio Pacheco (REP): Deputado Tiago, quero apenas registrar que é muito bom que V.Ex.^a assuma a Vice-Liderança do Governo. Vossa Excelência tem tido uma capacidade, quando estava nessa condição em outros tempos, de dialogar de fato, de saber construir, de estabelecer esse elo, essa ponte entre os interesses da Assembleia Legislativa, os interesses dos Deputados, sempre pensando evidentemente no bem comum da sociedade, com o Governo. Acho que isso é um papel importante e fundamental que deve desempenhar a Liderança do Governo e V.Ex.^a exercia esse papel com maestria quando estava como Vice-Líder do Deputado Hussein Bakri. Então, quero apenas registrar esta importância de V.Ex.^a ocupar este cargo também.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Obrigado, Marcio.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Ele iria dizer também que a de Cascavel é maior do que a de Londrina, mas recuou!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Tempo encerrado, então, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhor Presidente, só me permita. Graças ao Marcio pude me lembrar que necessariamente tenho que dar aqui as felicitações à nossa querida Dr.^a Izabel, que faz hoje aniversário. No auge dos seus 29 anos, com a competência e maestria que tem, conduzindo muito bem os trabalhos, a relação com a equipe técnica dos Deputados. Então, em nome da Dr.^a Izabel, que hoje está de aniversário, também faço uma saudação muito especial a todos os técnicos aqui desta Assembleia Legislativa. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Boa tarde, Presidente Tercílio. Quero começar saudando e desejar boa sorte ao Tiago Amaral nesta difícil tarefa que é liderar e defender um Governo como este, mas a sua capacidade é muito grande e tenho certeza de que o senhor terá um bom desempenho. Quero colocar, Deputado Tiago, que nenhum Estado do Brasil trata tão mal o servidor quanto o Paraná... Opa! Ou, melhor, nenhum Governador trata tão mal o funcionalismo público como o Governador Junior. Com descaso e desrespeito, conseguiu uma proeza, unir as três principais categorias do Estado contra a sua postura governamental e gestor, funcionários da educação, da saúde e da segurança pública estão unidos para lutar por um Estado sufocado, com asfixia financeira aos servidores, com rompimento de direitos conquistados há muito tempo. Um Governo que penaliza o serviço público e o servidor, mas que distribui grandes fortunas; distribui fortunas aos sócios privados e estrangeiros da Copel e da Sanepar; distribui fortunas por meio da não cobrança de impostos de grandes conglomerados econômicos; 17 bilhões de renúncia, enquanto isso o serviço público penalizado, serviço público não prestado nas condições que deveria, um serviço público onde o servidor se encontra desanimado, desmotivado e descrente que um dia seria tratado desta forma tão triste. Hoje o Paraná tem uma defasagem salarial de reposição de 35% aos servidores e servidoras. Na verdade, quem ganha hoje 2 mil, era para estar ganhando 2.700; quem ganha hoje 3 mil, era para estar ganhando 4.050. Segundo levantamento feito pelo *Globo*, nos *rankings* de reajustes dados pelos

estados aos seus servidores, o Paraná está em último lugar, Soldado Fruet, 26.^a posição, aliás, o Paraná vem perdendo posições em todos os setores que são analisados quanto à gestão pública. Só ganha na propaganda, é o Estado que mais investiu e aumentou o gasto em publicidade e propaganda. Hoje o candidato que agora é Governador ou, melhor, que foi candidato e agora é Governador, em 2018 foi eleito nas urnas e nós, como respeitamos a democracia, reconhecemos a sua vitória, mas todo mundo está vendo o Governo que vai se desenvolvendo. Os trabalhadores do setor público foram enganados pelo Governo. Na campanha de 2018, o Governador dizia assim: “Vou dialogar e valorizar os servidores públicos”. O Governador afirmava que entendia a importância do servidor, da servidora e do serviço público. “Assim que tomar posse do Governo, quero sentar com todos os Presidentes dos sindicatos dos setores e fazer um planejamento de reajuste salarial para os próximos quatro anos.” Passaram-se três anos e meio praticamente e nunca recebeu uma entidade de classe, nunca discutiu pessoalmente com o servidor ou a servidora. Na campanha em 2018, em uma frase, o Governador usou a seguinte expressão: “A mentira é a arma do covarde”. Como disse ontem, falei aqui, a verdade é filha do tempo, não da autoridade. O tempo está mostrando que o Governador não disse a verdade durante a campanha. Menti aos professores, aos policiais, aos funcionários da saúde e ao povo paranaense. Na última sexta-feira, tivemos uma grande manifestação, relembrando o 29 de abril, pelos professores e servidores da educação. Aproveito, inclusive, para parabenizar os servidores que lutam de forma contínua e com sacrifício por seus direitos. Aqui, na nossa Casa, várias vezes debatemos esse tema, mas saibam, senhores, os servidores do Paraná sofrem pressões, condições péssimas de trabalho, calotes, desrespeito e é assim que o trabalhador se sente na relação ao Governo Junior. Quanta diferença das falas de campanha para a realidade; quanta diferença no carinho e no afago ao grande acionista da Copel e da Sanepar no tratamento ao servidor; quanta diferença ao orçamento secreto de R\$ 17 bilhões em renúncia de receita que é dada às grandes operações econômicas do Paraná. Por que não tratar o servidor e a servidora da mesma forma? Hoje recebemos informações de que a saúde pode declarar greve, a partir do dia 12. Olhem, a polícia tem representantes parados e acampados aqui em frente à Assembleia já faz muito tempo. A educação

esteve aqui dia 29 fazendo a sua movimentação e agora a saúde. A saúde que era tida como carro-chefe do Governo, elogiada. Os servidores expuseram sua vida, colocaram-se em condições de risco durante a pandemia e o Estado se limitou a gastar 12% de meta fiscal na saúde. Pior investimento dos últimos anos com relação a uma pandemia que tivemos de tamanho e dimensão inigualável até hoje na saúde pública. O Governador não consegue andar pelo Estado, não porque não queira, mas porque a polícia, ou melhor, os policiais, a sua família, fazem protestos e ele corre. Antigamente, quem fugia da polícia não era um Governador, eram outras pessoas. Acho que a falta de diálogo está escancarada, porque nem a Liderança do Governo consegue defender ou ousar falar desse tema aqui dentro. O Paraná está se desfazendo, se desmanchando, sob o comando do atual Governador. Cada dia que passa um sinal mais triste e a propaganda parece que estamos no *Show do Milhão*. Um Paraná virtual. Um Paraná que ao desligar o celular, ele some; que ao desligar o rádio, ele emudece; que ao desligar a televisão, ele desaparece. Esse é o Paraná! O Paraná, onde se forja neste momento processos junto à educação, para ter um falso Ideb. Onde se esconde a verdadeira ausência dos alunos. A falta que os alunos têm é tirada do sistema. O aluno que tem nota menos do que quatro é tirado do sistema. Tira do mundo virtual, mas o aluno continua lá com as suas debilidades e problemas, mas o Governo não considera, porque ele está atrás de meta estatística, para alimentar a sua propaganda, a sua propaganda que faz mal ao povo paranaense. A propaganda que faz com que o Paraná tente esconder a realidade, mas quando a família tem acesso ao boletim, quando a família sabe o que está acontecendo, isso tudo muda. O Paraná infelizmente está sendo governado de forma nunca vista; de forma jamais experimentada e que se tudo der certo não pode ser novamente experimentada. O Paraná virtual; o Paraná seguro; o Paraná 5.0; o Paraná do inglês; o Paraná da redação; o Paraná dos programas colocados, que nos leva a termos um discurso nacionalista, uma propaganda subliminar de um Paraná pujante, infelizmente, ele não cabe nem mais na tela.

Deputado Tiago Amaral (PSD): Permite-me um aparte em homenagem a esse dia?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pois não, Deputado Tiago.

Deputado Tiago Amaral (PSD): Muito obrigado, querido amigo Arilson. Quero dizer a você que estou surpreso, porque você trouxe aqui uma série de incontáveis programas executados pelo Governo Ratinho Junior. Você está de parabéns, porque você está conseguindo testemunhar de fato a grande evolução do nosso Governo.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Deputado Tiago, alguns programas propagandeados pelo Governo Ratinho, muitos deles não saíram do papel. Muitos deles, meu querido Deputado, aparecem na telinha do celular para a propaganda impulsionar ou no rádio, ou na TV, mas a realidade, ela... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O Paraná propagandeado do *Comida Boa*, é uma coisa; o Paraná executado do cartão, é R\$ 50,00. O Paraná livre dos pedágios é fantasioso, o processo está em discussão e ele vai voltar. O Paraná livre dos pedágios é uma questão contratual. Sabemos o que está acontecendo. O povo tem sensibilidade, anda na rua, sente a realidade. O professor sente na escola, o policial sente nos exemplos de Guarapuava. As pessoas estão sentindo que a inexperiência não deu certo, que não podemos cometer novamente esse equívoco. Precisamos de compromisso com o povo e não com o acionista. Ouvir a população e não só um lado do comércio ou da elite financeira. Chega do mesmo erro!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-

se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Curi (PSD), Arilson Chiorato (PT), Artagão Júnior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (UNIÃO), Nelson Justus (União), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (**48 Parlamentares**); **Deputados ausentes com justificativa:** Anibelli Neto (MDB) conforme Licença, nos Termos do art. 104, I, do Regimento Interno; e Goura (PDT), conforme nos Termos do art. 97, §3.º, Inciso IV do Regimento Interno (**2 Parlamentares**); **Deputados ausentes sem justificativa:** Alexandre Amaro (REP), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), e Marcel Micheletto (PL) (**4 Parlamentares**).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 178/2022**, do Deputado Márcio Nunes, que concede o título de utilidade pública ao PAS Cianorte - Programa Ação Solidária de Cianorte, com sede no município de Cianorte; **Autuado sob o nº 179/2022**, do Deputado Tercílio Turini, que concede o título de utilidade pública ao Lions Clube de Rolândia, com sede no município de Rolândia; **Autuado sob o nº 180/2022**, do Deputado Ademar Traiano, que altera a Lei nº 13.228, de 18 de julho de 2001, que cria o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputados que apoiam permaneçam como estão. Apoiados.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Presidente, Deputado Traiano, gostaria de fazer um comunicado à Casa. Ingressamos com uma ação civil pública, que foi ajuizada pelo Instituto Brasil Transporte, justamente com um tema que havia já dito que faríamos, que é questionar judicialmente a ausência das atitudes que têm que ser tomadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre, o DNIT, em relação às praças de pedágio que estão desativadas. Sabemos que as praças desativadas foram abandonadas e, na verdade, elas estão às escuras, com um perigo gravíssimo, um perigo gravíssimo para o usuário de rodovia. Ao mesmo tempo não foi feita a adequação necessária do fluxo de tráfego, os veículos têm que passar ainda por dentro das baias da cobrança de pedágio. Pois bem, quero comunicar à Casa que pelo menos a Justiça Federal está atenta. Ingressamos com essa ação na quinta-feira e hoje já recebemos uma decisão da Justiça, um despacho decisivo, da Juíza Doutora Anne Karina Stipp Amador Costa, Juíza Federal da 5ª Vara Federal de Curitiba, em que ela já notifica, manda intimar o DNIT para que manifeste o pedido de liminar em justificação prévia, esclarecendo eventuais acordos ou atos administrativos que tenham tratado da questão, sem prejuízo de posterior abertura do prazo para contestação. E, ao mesmo tempo, já diz: “Na oportunidade, deverá informar o que vem sendo adotado em termos de cuidado e manutenção das praças de pedágio indicadas na inicial e em seus respectivos entornos, atualmente desativadas, especialmente quanto à iluminação, sinalização e segurança.” O que pedimos, basicamente, ou as praças são iluminadas e sinalizadas e seja adequado o fluxo de tráfego ou, então, que as praças de pedágio sejam demolidas, sejam desmanchadas, para que a estrada seja restituída ao seu traçado original, porque o nível de insegurança da frota no Paraná está altíssima. É um comunicado dentro do Regimento, Excelência. Obrigado a todas e todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):

ITEM 1 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 465/2021, de autoria dos Deputados Subtenente Everton e Soldado Adriano José, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cultural, Desportiva e Recreativa Dom Pedro II, com sede no município de Campo Largo. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Apenas um comunicado e um convite a todos os Sr.^s Deputados que integram a Comissão de Defesa do Consumidor para que logo após a Sessão possamos nos reunir na sala anexo aqui para deliberar alguns projetos. Os Deputados integrantes da Comissão de Defesa do Consumidor. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes e Mauro Moraes. Deputado Marcio, por favor. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); **Não Votaram:**

Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Elio Rusch, Evandro Araújo, Goura e Marcel Micheletto (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 465/2021.

ITEM 2 – 2.^ª Discussão do Projeto de Lei n.º 79/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 10/2022, que dispõe sobre a estruturação da Autarquia Paraná Esporte. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Esportes. (**Sobre o Projeto, Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Arilson Chiorato, Goura, Tadeu Veneri, Professor Lemos, Requião Filho e Luciana Rafagnin.**) Esta Presidência retira de ofício. Vamos voltar na terça-feira com o Item 2.

ITEM 3 – 1.^ª Discussão do Projeto de Lei n.º 927/2019, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que denomina a Usina Hidrelétrica Melissa, localizada no município de Corbélia, de Usina Hidrelétrica Prefeito Doutor Aurélio Regazzo. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Em discussão. Em votação. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Voto “sim”, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Mauro Moraes, Requião Filho, Rodrigo Estacho e Soldado Adriano José. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach,

Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Elio Rusch, Evandro Araújo, Goura, Marcel Micheletto e Requião Filho (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 927/2019.

ITEM 4 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 463/2020, de autoria dos Deputados Cantora Mara Lima, Soldado Fruet, Gilson de Souza, Alexandre Amaro e Coronel Lee, que dispõe sobre a liberdade religiosa e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim” para a bancada situacionista, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Elio Rusch, Evandro Araújo, Goura, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto e Rodrigo Estacho (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 463/2020.

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 477/2020, de autoria da Deputada Maria Victória (anexo Projeto n.^º 524/2020, do Deputado Luiz Claudio Romanelli), que institui o Dia da Proteção de Dados no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Em discussão. Em votação. Votando. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr. Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Elio Rusch, Evandro Araújo, Goura, Guto Silva, Luiz Carlos Martins e Marcel Micheletto (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 477/2020.

ITEM 6 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 194/2021, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que institui, no âmbito do Estado do Paraná, o mês Maio Furta-Cor, dedicado às ações de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): A Liderança do Governo encaminha voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Tião.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Queria aproveitar, enquanto se encaminha o processo de votação, fazer um questionamento a V.Ex.^a e a toda a Mesa, em relação ao retorno aí dos positivados aqui à Casa. Na data de hoje foram 31 casos positivados confirmados. Sei que temos a sensação de que a pandemia se encaminha para o final, mas o que na prática percebemos é que não é isso, ela se mantém aí mutando para outras variantes e os positivados continuaram a se multiplicar. Há poucos dias também positivei, V.Ex.^a inclusive foi muito solícito, assim como o Deputado Romanelli, e gostaria de saber o que a Casa deve adotar de postura, se vamos retornar alguma medida de segurança, de saúde pública. Então, faço esse questionamento para essa reflexão, porque o assunto ainda não é finito, não é encerrado. Obrigado, Presidente.

SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Deputado Tião Medeiros, de fato é preocupante, há um grande número de pessoas de fato positivando para a Covid novamente, não só aqui na Assembleia, em toda a sociedade. Mas, vejam, em que pese sabermos disso, as autoridades sanitárias do Estado têm que tomar a iniciativa em relação às recomendações. O que estamos fazendo é conversando com o Doutor Douglas, que é o Chefe do Serviço Médico, ele mesmo está muito preocupado. Aqui na Casa, me permita até dizer o seguinte, como orientação a todas e todos aqui. Qualquer servidor dos seus gabinetes, de comissões, lideranças, de onde for, que tiver algum sintoma, não venha para a Assembleia Legislativa, a pessoa fique em casa, e se precisar fazer o teste, o teste tem aqui na Assembleia, mas daí vai direto ao serviço médico. O que está acontecendo é que muitos, mesmo com

algum sintoma, vêm para a Assembleia e estão transmitindo. Estamos com pessoas de fato até grave a situação. Então, vejam, a princípio estamos seguindo a orientação do serviço médico, há uma discussão inclusive sobre o afastamento de pessoas que tiveram contato por conta disso e de fato as pessoas estão positivando. Está complexo mesmo isso, Deputado Tião, mas ainda estamos aguardando os posicionamentos da Secretaria Estadual da Saúde e ouvindo o serviço médico da Assembleia Legislativa.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Deputado Romanelli, isso aqui ficou agora bem evidente que esta Casa aqui aprovou esse Projeto que proíbe passaporte sanitário, vemos que o passaporte não serve para nada. Todo mundo está pegando Covid e foi vacinado. Não que somos contra a vacina, mas o passaporte a obrigatoriedade que têm alguns Reitores pedindo não serve para nada. O nosso Deputado aqui Evandro Araújo pegou, está vacinado com três doses. Então, isso está provado. Realmente o vírus está aí, está no ar. E todo mundo é sujeito a pegar, tanto quem vacinou quanto quem não vacinou. Um pode pegar mais fraco, o outro mais forte.

SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Como também temos 30 milhões de pessoas que adquiriram o vírus e os outros brasileiros não adquiriram também. É uma parcela que pega Covid.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhor Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Questão de ordem, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Queria solicitar ao senhor uma reunião de Líderes para discutirmos isso. Se os números forem esses apresentados, é uma questão muito séria e delicada e temos que decidir sobre o uso de máscara, sobre o acesso à Assembleia e sobre outras coisas mais. Então, se pudéssemos fazer isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, acho que é prudente fazer uma reunião, sem nenhum problema, mas entendo

que qualquer decisão que possa ter uma abrangência maior, dependemos também de uma manifestação da própria Secretaria de Estado ou do Governo. O cuidado, todos devemos ter! Vejo aqui que tem alguns Parlamentares que estão usando máscara. Acho que é prudente. Os servidores estão ficando em casa, aqueles que têm problemas estamos recomendando, mas, assim, a Assembleia isoladamente não pode tomar uma decisão. Temos que aguardar, enfim, uma manifestação por parte dos órgãos competentes. Estamos sendo orientados aqui também pelo nosso Dr. Douglas, que é o responsável aqui pela Casa.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): *Pela ordem,* Presidente. A bem da verdade, tem muitos colegas meus já me inquerindo. Gostaria aqui de fazer um registro para agradecer nessa questão do ICMS-ST, que me posicionei agora um pouquinho antes dos trabalhos, no Pequeno Expediente, ao Deputado Tadeu Veneri e ao Deputado Ademar Traiano, e também agora ao Deputado Tiago Amaral. Então, só para que fique registrado, o veto é parcial, é o 2/22. Esse veto foi lido aqui 14 de fevereiro de 2022, mas ele veio aqui para esta Casa no final de dezembro, tão logo aprovamos a Lei Complementar n.º 8/21. E o Deputado Ademar Traiano me garantiu e não tenho motivo nenhum para duvidar do Presidente, que na segunda-feira ele não volta para a Comissão de Constituição de Justiça, haja vista que as nossas cobranças eram no sentido de que a CCJ tivesse analisado. Como não fez e considerando o Regimento, que foi muito bem colocado aqui pelo Deputado Tadeu Veneri, por isso agradeço ambos, então, posso afirmar a todos que acompanham a nossa Sessão que será submetido aqui à votação na segunda-feira, é isso não é, Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Exatamente, Deputado Michele. Aliás, a decisão está tomada. Independentemente de o veto estar na CCJ, o prazo tendo decorrido, vamos pautar todos na segunda-feira. São 12 vetos. Vamos pautar todos na segunda-feira. Já comuniquei aqui a Liderança do Governo, vamos tomar essa providência e limpar a pauta dos vetos que estão com os prazos já tendo decorrido. Então, é exatamente isso. Votação aqui encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Curi,

Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Evandro Araújo, Goura, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto e Soldado Fruet (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 194/2021.

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 294/2021, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que Institui o Dia do Sociólogo, a ser comemorado anualmente em 10 de dezembro. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Em discussão. Em votação. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Voto “sim”, Sr. Presidente.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Nelson.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Apenas para explicar o que tem que ser explicado nessa questão dos vetos. Esses projetos não foram apreciados pela CCJ por questões da Liderança do Governo só, porque se a Liderança liberasse esses vetos eles teriam sido votados. Eles ficaram presos na Liderança do Governo, o que é uma realidade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Exatamente isso, Deputado. Ainda alguns Parlamentares não votaram e consulto se vão votar, Deputados Coronel Lee, Cristina Silvestri, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Marcio Pacheco e Requião Filho? Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados); Não Votaram: Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Evandro Araújo, Goura, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto e Requião Filho (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 294/2021.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1190/2022, do Deputado Alexandre Amaro solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos professores do Curso Profissionalizante Artes Marciais Mestre Edson; **Requerimento n.º 1191/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando envio de votos de louvor ao Sr. Hikmat Daoud Hanna, professor de inglês, árabe, italiano e português, pelo brilhante trabalho realizado em solo paranaense; **Requerimento n.º 1192/2022**, da Deputada Cristina Silvestri, solicitando envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Eliane Dranca; **Requerimento n.º 1193/2022**,

do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa ao Presidente do Coritiba Foot Ball Club, Sr. Juarez Moraes e Silva, e para o casal fundador do Instituto ICO Project, Sr. Emiliano e Sr.^a Elyse Matos, pela iniciativa pioneira de construção de uma sala de acomodação sensorial destinada para as pessoas diagnosticadas com o Transtorno de Espectro Autista e familiares, no Estádio Couto Pereira, o 1.^º do país dotado de um espaço com esta especificidade; **Requerimento n.^º 1195/2022**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de votos de congratulações e menção honrosa para o Sr. Genison Santos – Wegass, vencedor do Concurso Tesoura de Ouro - edição Curitiba 2022; **Requerimento n.^º 1196/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando registro e envio de menção honrosa ao Doutor João Jorge Nascif, médico especialista em traumatologia, formado na Universidade Federal de Juiz de Fora, em 1972; **Requerimentos n.^ºs 1197 a 1201/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro de menção honrosa: ao Pastor Roberto Murça; ao Pastor Hélio Afonso de Melo; ao Pastor Adriano André da Silva; à Banda Acordes de Jerusalém; e ao Pastor Paulo Cezar Silvério; **Requerimento n.^º 1202/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando envio de expediente ao Secretário da Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná, Sr. Fernando Furiatti Saboia, e ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo ações urgentes de recapeamento asfáltico e reforço da sinalização da PR-090, no trecho que liga os municípios de Sertanópolis a Alvorada do Sul; **Requerimento n.^º 1203/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando envio de expediente ao Governador o Estado do Paraná requerendo a destinação de parte do lucro líquido da Copel para subsidiar a diminuição da tarifa de energia elétrica da população paranaense.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.^º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.^º 1194/2022**, do Deputado Adelino Ribeiro, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27 de abril de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1204/2022**, do Deputado Evandro Araújo, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 3 a 11 de maio de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra para o dia de amanhã, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final do Projeto de Lei n.º 50/2022; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 927/2019, 463/2020, 477/2020, 194/2021 e 294/2021; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 1/2015, 165/2021 e 1/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h38, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)